

PRIMEIRO DE MAIO CONTADO DIFERENTE

Apolo Heringer Lisboa BH 2022/23

www.apoloheringerlisboa.com

Quando o trabalhador brasileiro comemora o primeiro de maio, os sindicatos, movimentos sociais e até universidades começam falando de importantes greves do final do século XIX por melhores condições de trabalho e diminuição de abusiva jornada de trabalho lá na indústria dos EEUU. A seguir da greve de operários de 1917 em São Paulo, muito influenciada por imigrantes europeus. Cita-se também o presidente Getúlio Vargas com a CLT. Quase sempre de reivindicações nas indústrias, ferrovias, construção civil, serviços urbanos, com invisibilidade dos trabalhadores indígenas, africanos e seus descendentes aqui **legalmente** escravizados por 350 anos, na construção forçada deste Brasil. Pulam o trabalhador rural quase nunca lembrado, que fica sendo o bom roceiro, o jeca tatu, o capiau, o caipira. Esse trabalhador miscigenado, descendente caboclo, mameluco, mulato, cafuzo. A escravidão foi o que mais marcou a história do povo e dos trabalhadores brasileiros. Hoje, ao falar do primeiro de maio, irei abordar essa história de outro modo.

Os indígenas já viviam aqui há mais de dez mil anos, pelo menos. Milhões de africanos chegaram depois, acorrentados nos porões de barcos. Nessas travessias, uma multidão de trabalhadores morreu tendo o mar como sepultura. Está aí a força memorial do tradicional culto a Iemanjá nas praias do Brasil. Os escravizados eram tratados como os animais de carga eram tratados na época, como mercadorias eram negociados. Sem nenhum direito, nem de constituírem família. Quem os comprava, ou caçava a laço com cachorros, como se conta até hoje como coisa natural, em tom coloquial acerca dos indígenas nossos parentes, tornava-se proprietário, e a propriedade privada era sagrada, garantida por lei. A mãe preta, ou a mãe indígena, poderia ser vendida para um fazendeiro ali de perto, o pai ou os filhos para outros. E, quem sabe, nunca mais terem notícias. Meninas eram traficadas para trabalhos domésticos, na lavoura e fins sexuais. A tão elogiada miscigenação portuguesa teve no estupro de escravas africanas e indígenas e na pedofilia, um componente constitutivo estrutural da escravidão e de nossa população. A própria Igreja engolia isto, e tinha este comportamento. Os reis portugueses eram católicos, na linha de herança do Império Romano, a escravidão era lei, desobediência era pecado, Igreja e Estado não eram separados, isto só veio com a República. Até a cobrança do dízimo era feita pelo estado da época e repassado à Igreja. Por isso, os proprietários de escravos não eram excomungados. Algumas dioceses investiam comprando escravos, para uso próprio ou para aluguel, como forma de poupança. A força do racismo sempre foi muito forte aqui, passava como natural e penetrava até no sentimento dos escravizados, submetendo-os ao que pregavam-lhes desde crianças como sendo a vontade do Deus branco.

Esta é a verdadeira história dos trabalhadores brasileiros, inseparável da formação do Brasil de hoje. Muito mais importante que a rotineira e pasteurizada **feita do primeiro de maio**, que em São Paulo costuma ter *shows* de sertanejos e sorteio de carros. No Brasil, embora haja registros de manifestações operárias já no fim do século XIX, a data de primeiro de maio foi oficializada em 1924 durante a gestão do presidente Artur Bernardes. Mas, foi na gestão de Getúlio Vargas que as comemorações adquiriram grande significado político. Sem alterar o decreto original, Vargas mudou o protagonismo da data: deixou de ser o **Dia do Trabalhador** para se tornar o **Dia do Trabalho**. Getúlio procurou assumir a liderança dos trabalhadores sendo Presidente, conseguiu e foi aclamado. A Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) foi sancionada no Rio de Janeiro em 1º de maio de 1943 por ele e entrou em vigor dia 10 de novembro de 1943.



Artur Bernardes, presidente 1922-1926



Getúlio Vargas, presidente 1930-1945 / 1950-1954

A CLT unificou e atualizou toda a incipiente legislação trabalhista existente no Brasil, sobretudo dos trabalhadores urbanos, impondo determinações sobre a duração da jornada, direito de sindicalização, segurança do trabalho, previdência social e férias. Os reajustes anuais do salário mínimo também aconteciam no Dia do Trabalho, mas os trabalhadores rurais, forte maioria da população na época, não tinham salário e nem previdência social.

Voltando ao fio da meada, as coisas aqui pegaram para valer desde **1532**, com as **capitanias hereditárias**. O Brasil passou a produzir açúcar para o nascente mercado europeu, com conotação capitalista dois séculos antes das revoluções inglesa e francesa. A colonização tornou-se um acordo de terceirização, celebrado entre Portugal e grandes banqueiros, comerciantes e armadores (fabricantes de embarcações) da Europa. Estes queriam investir o capital, tinham muito dinheiro, muitos eram judeus endinheirados expulsos da península ibérica na Inquisição e refugiados, numa Europa feudal. Ainda não existia o capitalismo como sistema dominante, as máquinas sendo inventadas, a energia à vapor sendo descoberta e adaptada à produção e tudo que iria em breve mudar a vida internacional. Fomos precursores! Estes senhores do dinheiro tinham cientistas contratados, agiam com mentalidade empresarial. Sem espaço no mundo conseguiram fechar negócio com o Reino. Portugal, um pequeno país Mediterrâneo e Atlântico na esquina dos mares precisava conservar o Brasil como sua grande colônia, mas estava sem dinheiro. Foi um negócio bom para eles. Mas os povos indígenas e a população aqui constituída nesse processo violento e de aventuras burguesas seria triturado. Foi assim que criaram aqui o maior **agronegócio** daquela

época, com a agroindústria escravista com base nos canaviais, muito bem adaptados no Nordeste, região hoje de Pernambuco e Alagoas. Os canaviais e as moendas precisavam de trabalhadores, e houve a caça aos indígenas. “Os povos indígenas, por estarem distribuídos em vários biomas, contar com força de combate e conhecimento do território, foi considerado um prejuízo para o negócio de escravatura” diz o Ailton Krenak. Assim, Portugal e os empresários investiram maciçamente também no tráfico negreiro da África.

Pelo acordo de terceirização, Portugal cuidava da administração e da segurança do território, deixando o pau quebrar aqui nas mãos dos empresários donos da grana. Terra à vontade, escravos à vontade, de aventureiros inescrupulosos, com um mercado europeu ávido de mercadorias, empreendedores competentes, poder sem limites, o sonho perfeito daqueles empresários. Tudo isto dois séculos antes da revolução capitalista na Europa, um fato extraordinário.

A Abolição da Escravatura em 1888 foi para os negros. Um ato político importante com razões econômicas e totalmente despido de justiça social e reparações. Queimaram os arquivos e tentaram apagar a mácula indelével. Eles não receberam terras onde trabalhavam e nenhum direito às benfeitorias que construíram. **Mesmo assim**, houve indignação dos “proprietários de escravos” com influência hegemônica no Exército da Monarquia e com apoio de republicanos e positivistas houve a proclamação da República, em boa parte como **vingança à Lei Áurea**. O princípio fundamental do trabalho escravo é que o trabalhador é mercadoria, não apenas sua **força de trabalho**. Ele não é reconhecido como tendo alma, nem direito a uma família, nem identidade pessoal, recebia açoites físicos de máxima crueldade, podia ser marcado com ferro em brasa com as iniciais do “dono” e até o Deus branco concordaria com isso! Alguma semelhança vista hoje com abusos legais ou ilegais não é pura coincidência. A chamada Lei Áurea, assinada pela princesa Isabel, colocou os negros a pé nos caminhos, partindo sem nada para as cidades onde acampavam e faziam biscates. Outros até preferiram ficar nas fazendas sem ter como saírem. Iriam continuar escravizados, às vezes de forma mais *cristã*! Quem conseguiu chegar às cidades tornaram-se **meninos de recado**, ou lavadeiras, ou faxineiras e cozinheiras, as Marias “latas d’água na cabeça” nos chafarizes e ruas, pedreiros, carregadores de mercadorias. Foram construindo suas moradias nos morros e nas baixadas insalubres das grandes cidades. Mais tarde, após o extermínio dos **trabalhadores rurais** em Canudos, Bahia, que teve epílogo trágico no dia 5 de outubro de 1897, uma das maiores epopeias dos trabalhadores brasileiros junto com o Quilombo de Palmares, os soldados voltaram e apelidaram os morros como **favelas**, pois nos morros da região desta guerra havia uma planta endêmica com este nome. Quem quiser conhecer esta história leia OS SERTÕES, de Euclides da Cunha, escritor, engenheiro, militar e jornalista Euclides da Cunha, que fazia a cobertura jornalística desta guerra pelo jornal Estadão, de São Paulo. Para mim, o livro mais fascinante da história do Brasil. O racismo contra

os mestiços, indígenas e negros, e as desigualdades, moldam os alicerces estruturantes e a fisionomia do Brasil atual.

E por que a Abolição não incluiu os indígenas? A gente nem pensa nisto, passa batido nessa história escrita para negar o genocídio dos indígenas. A resistência cultural indígena era muito forte. Vida e liberdade para eles eram sentimentos inseparáveis. Inventaram que os indígenas eram preguiçosos e teimosos por não se submeterem aos **objetivos** dos brancos invasores de seus territórios ancestrais. Numa linguagem mais compreensível aos invasores, os indígenas eram nacionalistas e lutavam pela libertação nacional e a liberdade. Foi um golpe terrível para os indígenas a perda da terra, a invasão de suas habitações, o desrespeito às suas famílias, às suas crenças religiosas, conduzindo-os amarrados para longe de suas terras, usando cães e armas de fogo e sequestrando crianças para presentear autoridades e amigos na Europa. Os indígenas tinham o sentimento nacional nato. Como aceitar que estrangeiros fizessem aquilo?

Já os que vieram da África, muitos já conheciam a escravidão. Já eram enredados com outras civilizações, desde o auge do Egito e, mais tarde, com a expansão do islamismo e o incipiente comércio litorâneo entre povos. Havia um acúmulo de experiências. Quando derrotados nas guerras tribais de lá, se tornavam escravos dos vencedores. Já era um costume vindo do tempo. É importante entender essa história. Como isso começou? Foi com o acúmulo dos pequenos avanços tecnológicos nas ferramentas e na organização do processo de trabalho e do comércio. Esses lentos progressos permitiram ganhos de produtividade na economia extrativa coletora na caça, pesca, mineração, também na conservação do excedente alimentar com o sal, a defumação, ervas de tempero e tudo isto fortalecendo o comércio no interior e no litoral, enriquecendo grupos que se desenvolviam mais.

Foi assim que, em diversas partes da Terra, a “humanidade” foi vendo que seria irracional matar os derrotados e que eles poderiam ser úteis se conservados vivos, como escravos. Antes, a escassez de alimentos por dificuldade de conservação e tecnologias rudimentares de caça e transporte, impedia que eles pudessem ser alimentados, não havia os excedentes de produção. Faziam apenas para comer no dia ou alguns dias. Desde esta época, passaram a concluir que matar os vencidos era desperdício.

O derrotado passara a valer mais vivo que morto e obtinha a única vantagem naquelas circunstâncias, manter-se vivo pela escravidão. Ficando vivo era possível pensar em reconquistar a liberdade. Por isso se diz que a esperança é a última que morre. Fazer o quê? Aí restava o caminho de dar início à luta pela reconquista da liberdade. E a vida continuava. Depois a escravidão passou a ser apenas crueldade e vício, tendo até adquirido *status* teológico.

Em 1808, aconteceu evento extraordinário. Pressionado pelas tropas de Napoleão que ameaçavam Portugal o rei dom João VI fugiu espetacularmente para o Brasil, com proteção da marinha de guerra inglesa. Com ele vieram milhares de

funcionários da administração do Reino e membros da Nobreza e do Clero. Ao chegar aqui dom João VI declarou o Brasil-Colônia como país-sede de grande Império, com domínios também na África, e Ásia, fato único na história mundial. Parte representativa dos acervos de Portugal chegaram ao Brasil junto com artistas, intelectuais, empreendedores, dirigentes políticos e militares, dando grande impulso ao Rio de Janeiro e Salvador. A importância política do Brasil deu um salto.

Após a lei da Abolição da escravatura de 1888, os Imperadores Pedro I e Pedro II, filho e neto de dom João VI, adotaram a política do “branqueamento” do Brasil. Abandonaram os negros na miséria e esquecimento, promovendo a vinda de mais europeus para o trabalho agrícola e a nascente indústria. Mas muitos deles traziam na bagagem experiência em movimentos sindicais e socialistas da Europa. Não estavam domesticados pela cultura portuguesa escravagista.

A história dos trabalhadores brasileiros é esta. Começou com a resistência indígena, situação de grande complexidade que os obrigava a se aliarem a uns para combater outros invasores. E a lutarem com grande desigualdade de armas e conhecimentos tecnológicos. Teve continuidade com as revoltas dos escravos nas fazendas. Indígenas e africanos. Com as fugas e constituição de numerosos quilombos em regiões de difícil acesso, onde pudessem sobreviver e se organizar. O maior deles foi o Quilombo de Palmares, na serra da Barriga, hoje estado de Alagoas, antes Pernambuco. Em muitos casos aconteceram alianças entre negros e indígenas, formando descendentes de pele escura e cabelos lisos, os cafuzos. Muitos homens brancos, ricos ou pobres, entre eles prisioneiros libertados em Portugal como projeto colonial, aventureiros de diversas origens na Europa precisavam se juntar aqui com mulheres negras e indígenas e o número de mestiços, crescia e formavam famílias brasileiras. Mudanças lentas e enraizadas.

Os famosos e terríveis bandeirantes, que vinham principalmente de São Paulo descendo o rio São Francisco desde a serra da Canastra em Minas Gerais, ou da Bahia subindo o São Francisco, o Jê-quiti-nhaña e tantos outros rios, eram comerciantes caçadores de indígenas. O objetivo era vendê-los como escravos aos fazendeiros, uma “necessidade” daquela economia governamental. Estes terríveis caçadores de gente eram caboclos mamelucos, em sua maioria. Vinham com cães e armas de fogo, com apoio oficial. Assim foi se formando a população do Brasil. Muitos negros trabalhavam para os brancos perseguindo os negros aquilombados, eram chamados de **capitães do mato**. Na ditadura de **1964** foi comum pessoas mestiças com essa história de horrores do passado, mas alienadas, colonizadas com a ideologia dominante, serem carcereiras e torturadoras de pessoas ricas e brancas e também de pessoas pobres, negras fossem indígenas, estudantes, intelectuais, operárias e trabalhadoras rurais, empresárias.

Aqui no Brasil foi se consolidando a história do primeiro de maio, a versão oficial contada nas maiores cidades do Brasil pela influência da mídia e dos imigrantes chegados da Europa. Comemoravam o dia 14 de julho homenageando a revolução francesa de 1789; o 25 de outubro, a revolução russa de 1917; o primeiro de maio, a

greve operária de 1886, em Chicago, Estados Unidos, etc. Muito importantes, reconhecemos e aplaudimos essas lutas de grande valor histórico que têm muito a ver com a gente. Mas, no Brasil, a realidade de vida e luta dos trabalhadores indígenas e negros, abundantes em nossa história, precisa se constituir na grande marca. O 5 de outubro foi esquecido, pouco se conhece da grandeza de **Canudos**. A leitura de **Os Sertões**, de Euclides da Cunha não é estimulada. A Revolta da **Chibata** entre 22 e 26 de novembro de 1910, dos marinheiros no Rio de Janeiro, não é devidamente analisada. Nem a sangrenta guerra civil no Contestado, fronteira do Paraná e Santa Catarina entre 1912 e 1914 (ou 1916) por causa da disputa por terras com a construção de ferrovia entre São Paulo e Rio Grande do Sul. E outras dezenas de conflitos e revoltas populares sobretudo da época da Regência. Não aprendemos as lições das trágicas guerras na América Latina estimuladas por países colonizadores, com foi a guerra contra o Paraguai de 1864 a 1870. Somos um povo que ignora seu passado. As FFAA nunca reconheceram suas atrocidades contra a população se contentando com as louvações a Caxias cujos feitos não cabe aqui discutir, mas não se avança somente com autoelogios sem autocríticas. Será que na formação dos oficiais nas Agulhas Negras essas questões são analisadas? Ou predomina a lavagem cerebral? As grandes articulações e rebeliões políticas dos indígenas em diversas partes do Brasil merecem um grande aprofundamento. Como a resistência heroica dos indígenas à guerra suja declarada em 1808 por Dom João VI aos indígenas do vale do Rio Doce. Deveriam ser as principais datas **oficiais** e da **população**, pois foram acontecimentos marcantes e também de importância mundial, pois sempre fomos dependentes da economia estrangeira.

Este resumo da nossa história tem episódios muito profundos e internacionais. Todos os nossos **vales ou estados naturais** têm o quê contar. Hoje exportamos trabalhadores do interior para serviços da construção civil, trabalhos domésticos e serviços nas grandes cidades, atividades que exigem pouca qualificação tecnológica, por isso mal remunerado. E aumentou muito a emigração para o exterior. As famílias ficam e os provedores partem, são vidas partidas, raramente se veem. A maioria dos gestores não prioriza incluir essas questões nas agendas e orçamentos municipais. E tratam de forma negligente e proposital a educação histórica, ambiental e profissional das crianças e jovens. Não criam as condições para o desenvolvimento tecnológico e industrial nessas regiões.

A história dos trabalhadores brasileiros não cabe toda num primeiro de maio. Mas além do que se comemora de forma consolidada, há datas até mais importantes. Precisamos associar a luta dos trabalhadores com o dia 20 de novembro, referente ao **Quilombo de Palmares**, dia da morte de Zumbi em 1695. Este Quilombo começou por volta de 1580 e liderou a luta dos escravos negros por mais de um século. A luta dos indígenas carece de um marco mais nítido de sua resistência. O **Dia dos Povos Indígenas**, 19 de abril, tem e pode ter dimensão **latino-americana** (termo herdado da colonização a ser revisto) ainda maior, por seu grande significado na história continental. São centenas de eventos esquecidos. E o **primeiro de maio** entra como

parte desta história de 350 anos de escravidão de indígenas, negros, camponeses pobres brancos e mestiços e exploração desapietada de trabalhadores rurais, parceiros e operários da indústria e da mineração e agronegócios exportadores de *commodities* primárias.